



ESTADO DO CEARÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Of. N.º

Fortaleza, Ceará

PROVIMENTO Nº 03/82

O DESEMBARGADOR FRANCISCO PASTEUR DOS SANTOS, Corregedor Geral da Justiça, no exercício de suas atribuições legais,

Considerando o que consta dos mapas demonstrativos e o que lhe foi dado observar no curso dos trabalhos desta Corregedoria Geral, procedida na segunda quinzena de março do corrente ano, na Comarca de SÃO GONÇALO DO AMARANTE;

Considerando o que foi encontrado nos livros, autos e papeis dos Cartórios do Registro Civil dos Termos de Trairi e Paracurú e nos Distritos de Mundau, Paraipaba, Siupé, Serrote e Umarituba, desta Comarca;

Considerando as deficiências constatadas nesses Cartórios distritais, nos serviços que ordinariamente competem às referidas serventias;

Considerando que, em alguns desses Cartórios, as irregularidades apontadas deverão ser sanadas, com a maior urgência

RESOLVE, em aditamento às recomendações e instruções oralmente ministradas e aos despachos exarados por esta Corregedoria, naquela oportunidade, determinar, de um modo geral:

a) - que é expressamente vedado ao Oficial, tornar simplesmente "sem efeito" qualquer assento lavrado em Livro do seu Cartório, sem que declare expressamente o motivo da ocorrência e faça a devida ressalva no lugar apropriado;

b) - que todos os índices alfabéticos existentes nos

livros do Cartório deverão ser devidamente preenchidos, pelos /
nomes das pessoas a quem se referirem (L.R.P., art. 34);

c) - que se porventura o Oficial ao lavrar um termo
qualquer em seu Cartório, constatar ter havido equívoco na gra-
fia de qualquer nome ou vocábulo, deverá utilizar a palavra -
"digo" e em seguida repetir o termo, de maneira correta;

d) - que é obrigatório, em todos os Cartórios do Re-
gistro Civil, o uso do Livro C-Auxiliar, para o registro de na-
timortos, exigido pelo art. 33, n.º IV da Lei dos Reg. Públicos;

e) - que é expressamente proibido utilizar borracha ou
outro instrumento para apagar nomes já lançados nos livros do
Cartório, sob pena de responsabilidade do Oficial;

f) - que é absolutamente imprescindível, no Cartório,
o uso de uma almofada de carimbo e a respectiva tinta, para a
coleta da impressão digital do polegar direito - de qualquer de-
clarante ou nubente analfabeto, ou daquele que por qualquer mo-
tivo, no momento estiver impossibilitado de assinar o seu nome;

g) - que quando ocorrer tal situação ou hipótese, a
pessoa que assinar a rogo deverá ser devidamente qualificada,
devendo o Oficial declarar o seu nome completo, idade, profis-
são e residência;

h) - que ao escriturar os livros, o Oficial deverá o-
bedecer rigorosamente a ordem numérica e cronológica de cada a-
to que praticar, tendo o cuidado de evitar a omissão ou repeti-
ção de qualquer número de ordem.

O presente Provimento deverá ser afixado em Cartório,
para conhecimento geral, cabendo ao Dr. Juiz de Direito impor a
sua aplicação e à Dra. Promotora de Justiça fiscalizar o seu cum-
primento, tudo na forma e sob as penas da lei.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça, em Fortale-
za, aos trinta e um (31) dias do mês de março do ano de mil no-

vecentos e oitenta e dois (1982. ::::::::::::::::::::::::::::::)

DESEMBARGADOR FRANCISCO PASTEUR DOS SANTOS

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA